

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas do relatório de auditoria.

Comentários sobre nossas operações

No segmento de previdência privada, comercializamos planos denominados PGBL e VGBL cujas contribuições estão reconhecidas na rubrica de "rendas de contribuição e prêmios retidos" respectivamente. No exercício atual, os ativos administrados da carteira previdenciária passaram de um patamar de R\$ 493.900 em dezembro de 2015 para R\$ 567.734 em dezembro de 2016, representando um crescimento de 15%.

Os prêmios de seguros de pessoas emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos) tiveram uma redução de 20,2% se comparado com o ano anterior. A queda do crescimento deve-se ao encerramento de duas grandes operações da Companhia, excluindo o impacto dessas operações o crescimento em 2016 foi de 10%. O índice combinado das operações (Sinistros, Custos de Aquisição, Resultado com Resseguro e Outras Receitas e Despesas Operacionais) apresentou uma melhora de 3,6 pontos percentuais, passando de 78,7% para 75,1% comparado com o ano anterior. O resultado financeiro apresentou um aumento de 4,5 pontos percentuais em relação ao prêmio ganho, quando comparado com o exercício anterior. As despesas administrativas em relação aos prêmios ganhos tiveram redução de 6,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial foi de 9% contra 9,9% do exercício anterior.

Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima.

Cenários e perspectivas

O ano de 2016 foi bastante atípico. A deterioração das contas públicas, os desdobramentos da operação Lava-Jato e a crise política, acentuaram ainda mais as incertezas com relação às instituições públicas, os governantes e a economia do país, aprofundando a recessão dos últimos anos e culminando no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Dentro deste contexto, o primeiro semestre foi marcado pela oscilação das perspectivas diante do processo de impeachment e suas consequências, enquanto os índices de confiança, de investimento e a atividade acentuavam a queda que vinham apresentando desde 2015.

Com relação à economia, todo imbróglio político somado ao cenário recessivo exacerbaram a perda de confiança dos agentes econômicos, fazendo com que os investidores e as empresas adotassem uma postura extremamente cautelosa, ao mesmo tempo que a oferta de crédito também sofria forte queda pelas instituições financeiras.

No entanto, após o impeachment, o novo Governo formou uma equipe econômica ortodoxa, que iniciou a implementação de medidas voltadas ao ajuste fiscal e reversão das políticas expansionistas dos anos anteriores, sinalizando uma atuação conservadora no âmbito macroeconômico. Como resultado do processo de reestabelecimento da confiança, as perspectivas e ativos começaram a refletir uma melhora no cenário, ocasionando a valorização do Real, a queda do prêmio de risco, a curva de juros futuro e valorização da Bolsa de Valores.

Mesmo assim, com a atividade econômica bastante enfraquecida, o desemprego atingiu a taxa de 11,9% e a inflação desacelerou fortemente a ponto de terminar 2016 dentro do intervalo da meta, em 6,29%, permitindo que o Banco Central iniciasse o processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa SELIC para 13,75% a.a. no final do período e direcionando o mercado a apostar em novos cortes no início de 2017.

No mercado internacional, duas notícias foram destaque e geraram momentos de alta volatilidade aos ativos globais.

Primeiramente o plebiscito pelo Brexit, ocorrido em meados de junho e com resultado favorável à saída do Reino Unido da União Europeia, colocou em xeque a solidez do bloco e gerou dúvidas em outros países que cogitaram também realizar plebiscitos para definir seu futuro dentro do bloco europeu.

Outra, foi a inesperada eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, criando um ambiente de fortes incertezas quanto ao rumo da maior economia global. As propostas de campanha do presidente eleito mostraram comprometimento com o protecionismo econômico gerando temor de que o mercado norte-americano perca seu dinamismo, impactando o comércio mundial.

Para 2017, apesar da incerteza política que ainda assola o país e das investigações da operação Lava Jato, a economia deve seguir um caminho positivo. A inflação tem se mostrado consistentemente em queda, consequência de uma atividade ainda fraca, e que deve levar o Banco Central a produzir um afrouxamento monetário mais intenso. Ao mesmo tempo, na medida em que se materializarem as aprovações das medidas de ajuste fiscal, podemos ver um crescimento nos níveis de confiança, com a consequentemente retomada dos investimentos, o que poderá levar à um novo ciclo de retomada da atividade no Brasil.

No segmento da previdência privada aberta, a expectativa é que os fundos de previdência continuem apresentando captação positiva em 2017. Com a reforma do sistema público de previdência do Brasil ocorrendo, isso deverá ajudar a acelerar a captação de recursos no mercado de previdência complementar.

No segmento de seguro de pessoas a Administração continuará a focar sua atuação em nichos específicos e aproveitar a sinergia com as empresas do grupo. Procurará adequar os seus produtos a demanda do mercado atual, e buscará novos canais de venda. Dentro desse contexto, espera apresentar um crescimento gradativo e consistente da produção, dentro de parâmetros de subscrição com baixa exposição ao risco.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2016		2015		Passivo	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		722.813	633.136			Circulante		661.334	580.532		
Disponível		900	971			Contas a pagar		4.492	4.566		
Caixa e bancos		900	971			Obrigações a pagar	8a	1.871	1.834		
Aplicações	3	710.880	614.337			Impostos e encargos sociais a recolher		479	474		
Créditos das operações com seguros e resseguros		4.287	7.873			Encargos trabalhistas		667	658		
Prêmios a receber	4	3.847	7.456			Impostos e contribuições	8b	176	795		
Operações com seguradoras		102	417			Outras contas a pagar	8c	1.299	805		
Operações com resseguradoras		338	-			Débitos de operações com seguros e resseguros		1.948	6.092		
Outros créditos operacionais		730	737			Prêmios a restituir		11	-		
Ativos de resseguro e retrocessão	5a	1.314	1.285			Operações com seguradoras		260	703		
Títulos e créditos a receber		601	339			Operações com resseguradoras	5b	375	249		
Títulos e créditos a receber		326	288			Corretores de seguros e resseguros		743	4.125		
Créditos tributários e previdenciários	6a	241	10			Outros débitos operacionais		559	1.015		
Outros créditos		34	41			Depósitos de terceiros	9	1.223	1.242		
Despesas antecipadas		1.327	383			Provisões técnicas - seguros		339.507	291.218		
Custos de aquisição diferidos	10b	2.774	7.211			Danos	10a	62.265	44.372		
Seguros		2.774	7.211			Pessoas	10a	21.433	28.100		
Ativo não circulante		33.124	31.675			Vida com cobertura por sobrevivência	10e	255.809	218.746		
Realizável a longo prazo		31.640	30.396			Provisões técnicas - previdência complementar	10d	314.164	277.414		
Aplicações	3	232	2.661			PGBL/PRGP		314.164	277.414		
Títulos e créditos a receber		28.402	26.932			Passivo não circulante		33.811	28.505		
Créditos tributários e previdenciários	6a	6.863	7.452			Provisões técnicas - seguros		12.480	8.481		
Depósitos judiciais e fiscais	12	21.539	19.480			Pessoas	10a	12.480	8.481		
Custos de aquisição diferidos	10b	3.006	803			Outros débitos	12	21.072	19.813		
Seguros e resseguros		3.006	803			Provisões judiciais		21.072	19.813		
Imobilizado	7a	744	468			Débitos diversos		259	211		
Bens móveis		687	415			Patrimônio líquido	13	60.792	55.774		
Outras Imobilizações		57	53			Capital social		36.653	35.466		
Intangível	7c	740	811			Reservas de lucros		<u>24.139</u>	<u>20.308</u>		
Outros intangíveis		740	811			Total do passivo		755.937	664.811		
Total do ativo		755.937	664.811								

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária		
Em 01 de janeiro de 2015		23.988		1.705	24.792		50.485
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2015		-	10.000	-	(10.000)	-	-
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2015		-	1.478	-	-	-	1.478
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 248 de 24/09/2015		10.000	(10.000)	-	-	-	-
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 248 de 24/09/2015		1.478	(1.478)	-	-	-	-
Lucro do período		-	-	-	-	4.998	4.998
Proposta de destinação do lucro do período:							
Reserva legal		-	-	250	-	(250)	-
Reserva estatutária		-	-	-	3.561	(3.561)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Em 31 de dezembro de 2015		35.466		1.955	18.353		55.774
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2016		-	1.187	-	-	-	1.187
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 166 de 08/11/2016		1.187	(1.187)	-	-	-	-
Lucro do período		-	-	-	-	5.024	5.024
Proposta de destinação do lucro do período:	13						
Reserva legal		-	-	251	-	(251)	-
Reserva estatutária		-	-	-	3.580	(3.580)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(1.193)	(1.193)
Em 31 de dezembro de 2016		36.653		2.206	21.933		60.792

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES)**

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos	4c/14b	81.549	107.259
Contribuições para cobertura de riscos	14a	3	2
Variações das provisões técnicas de prêmios		2.728	(1.774)
Prêmios ganhos	14a	84.280	105.487
Receita com emissão de apólices		2.072	2.029
Sinistros ocorridos	14c	(42.599)	(44.554)
Custos de aquisição	14d	(18.251)	(31.377)
Outras receitas e despesas operacionais	14e	(4.051)	(8.889)
Resultado com operações de resseguro	5e	(509)	(237)
Receita com resseguro		(53)	219
Despesa com resseguro		(456)	(456)
Rendas de contribuições e prêmios		35.407	31.369
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(35.383)	(31.358)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL		24	11
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		3.538	3.181
Varição de outras provisões técnicas		20	(161)
Outras receitas e despesas operacionais		-	12
Despesas administrativas	14f	(21.403)	(20.337)
Despesas com tributos	14g	(4.477)	(4.859)
Resultado financeiro	14h	10.807	8.779
Resultado operacional		9.451	9.085
Perdas com ativos não correntes		(2)	-
Resultado antes de impostos e participações		9.449	9.085
Imposto de renda	15	(2.044)	(1.930)
Contribuição social	15	(1.732)	(1.485)
Participações sobre o resultado		(649)	(672)
Lucro líquido do exercício		5.024	4.998
Quantidade de ações	13a	15.521.182	15.197.710
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		323,69	328,87

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente	5.024	4.998

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	5.024	4.998
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	440	382
(Reversão)/perda por redução do valor recuperável dos ativos	(2.159)	3.478
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	1
Varição do custo de aquisição diferido	2.235	1.275
Varição dos ativos de resseguro	(29)	(98)
Varição das provisões técnicas - seguros e resseguros	23.893	23.667
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(94.114)	(79.625)
Créditos das operações de seguros e resseguros	5.744	76
Créditos fiscais e previdenciários	359	(1.265)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.059)	(1.964)
Despesas antecipadas	(945)	409
Outros ativos	(66)	(12)
Impostos e contribuições	2.802	4.561
Outras contas a pagar	581	(562)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(4.143)	(1.280)
Depósitos de terceiros	(19)	(508)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	28.395	26.524
Provisões técnicas - previdência complementar	36.750	21.827
Provisões judiciais	1.259	2.169
Caixa gerado pelas operações	3.948	4.053
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	41	39
Impostos sobre o lucro pagos	(3.415)	(4.008)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	574	84
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	-	2
Aquisição de imobilizado - intangível	(237)	(152)
Aquisição de imobilizado - tangível	(408)	(268)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(645)	(418)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(71)	(334)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	971	1.305
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	900	971

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Alfa Previdência e Vida S.A. (doravante referida, também, como "Companhia" ou "Seguradora") tem por objeto social operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos, 466, São Paulo - SP.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as empresas do Grupo Alfa, mantendo com essas empresas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administradora Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2. Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, sendo apresentados segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC nº 26.

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2017.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas;
- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Reapresentação do fluxo de caixa

Os valores correspondentes relativos a demonstração de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência:

- Reclassificação dos itens que não afetam caixa como ajustes do lucro líquido do período:

	Saldos anteriormente	Reclas- apresentados	Saldos reapre- sentados
Lucro líquido do exercício	4.998	-	4.998
Ajustes do lucro	3.861	24.844	28.705
Variação nas contas patrimoniais	(8.775)	(24.844)	(33.619)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84	-	84
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(418)	-	(418)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(334)	-	(334)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.305	-	1.305
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	971	-	971

A reapresentação não produziu quaisquer efeitos ao lucro líquido, patrimônio líquido e nos índices de solvência da Companhia.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017:

- Nota nº 2f - Contratos de seguros
- Nota nº 2h iv - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")
- Nota nº 3 - Aplicações financeiras
- Nota nº 6 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota nº 10 - Provisões técnicas
- Nota nº 12 - Provisões judiciais

f. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira.

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Planos de previdência e seguro de vida com cobertura de sobrevivência

A Seguradora comercializa produtos de previdência privada denominados, PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livre), que é um plano que visa à acumulação de recursos para aposentadoria em vida ao participante, e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que é um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado. Em ambos os produtos, a contribuição, líquida de carregamento, recebida do participante é aplicada em um Fundo de Investimento Especialmente Constituído - FIE. A reserva do participante tem seu valor atualizado com base no valor diário das cotas do FIE. Nesta fase, não há garantias de rentabilidade no fundo ou de parâmetros atuariais. Após este período de contribuição, o participante tem direito de escolher pela conversão ou não do capital acumulado em renda mensal. Na fase de recebimento de renda, caso o participante opte por esta opção, há garantias atuariais e financeiras com relação à sobrevivência do mesmo.

A receita correspondente ao carregamento e a despesa de comercialização, são reconhecidas ao resultado no mês de recebimento da contribuição.

g. Caixa e bancos

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

h. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i.) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado.

(ii.) Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do período.

(iii.) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da BM&FBovespa; (II) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (III) CDB - pós-fixados e Nota Comercial (NC) - valor presente calculado com base na taxa de desconto do prêmio de risco atribuído pelos administradores dos fundos exclusivos; (IV) Debêntures - cotações divulgadas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais) e (V) Derivativos - cotações divulgadas pela BM&F.

(iv.) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) que perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado equivale à diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

(v.) Instrumentos derivativos

A Companhia manteve em dezembro de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. O objetivo de atuação no mercado de derivativos visa minimizar a exposição a riscos de mercado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

i. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

j. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10%;
- Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%, sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e Resolução CNSP nº 343/2016.

Seguros de pessoas (vida sem cobertura por sobrevivência)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. Engloba também as parcelas das contribuições ou dos prêmios dos riscos emitidos das operações dos planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso. Também é calculada para as operações de planos de previdência privada e vida com cobertura por sobrevivência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (*IBNER - Incurred But Not Enough Reported*).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) relativa à operação de seguros é estimada utilizando de metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência

A Provisão Matemática de Benefício a Conceder (PMBaC), abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, no caso, a sobrevivência. Basicamente, consiste no saldo do participante ou segurado no FIE na data-base de contabilização.

A Provisão Matemática de Benefício Concedido (PMBC), constituída pela Seguradora, a partir da ocorrência do evento gerador (sobrevivência ou morte), destinada a garantir o pagamento ao beneficiário da renda contratada.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativa aos planos de riscos da Previdência Complementar (pecúlios), é estimada utilizando os percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

- Pecúlio - repartição simples: 4% sobre o valor das contribuições.

m. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

Para a Seguradora, a carteira foi segmentada em: Seguro de Pessoas, da seguinte forma:

- Auxílio funeral;
- Prestamistas;
- Acidentes pessoais - individual;
- Acidentes pessoais - coletivo;
- Desemprego/perda de renda;
- Renda de eventos aleatórios;
- Vida em grupo;
- Previdência complementar aberta; e
- Seguro de vida com cobertura de sobrevivência.

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) o quanto o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora, compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das Despesas de Comercialização Diferidas (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.

Sinistralidade - Foram utilizados triângulos de desenvolvimento para projetar a evolução dos sinistros futuros, incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 24,8%.

Mortalidade e sobrevivência - Foram utilizadas as tábuas BR-EMS versão ano 2015.

Prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG constituída na data-base do teste - Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supracitadas.

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alocáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Cobertura por sobrevivência - Os planos de sobrevivência ativos na Seguradora são fundamentados na tábua AT-2000 suavizada em 10% ou 15% e com juros atuariais de 0%.

Estes parâmetros minimizam as chances de "deficits" na operação, principalmente no pagamento de rendas por períodos longos, pois a sua utilização na precificação dos planos já considera uma expectativa de vida/sobrevivência superior àquelas obtidas pelas tábuas atuariais brasileiras e também porque considera retornos positivos na administração dos recursos financeiros das provisões técnicas, não compromissados com os participantes/beneficiários. Desde o ano de 2007, a Seguradora concedeu apenas seis rendas e todas foram do tipo renda temporária, com o período máximo de sete anos. Como os produtos PGBL e VGBL (únicos produtos de sobrevivência comercializados pela Seguradora) não garantem aos participantes rentabilidade nos FIE's durante a fase de diferimento, não existe risco da Seguradora não honrar compromissos em relação à PMBaC, como resgate e portabilidade. Sendo assim, mesmo com a chance reduzida dos valores atuais da PMBaC virarem integralmente algum tipo de renda, no cálculo foi considerada a premissa das rendas, em sua totalidade, tornarem-se vitalícias.

Premissas econômicas - Conforme disposto no parágrafo único, do Artigo 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco para a curva "pré-fixada", de dezembro de 2016, divulgada pela SUSEP, para trazer o fluxo de caixa futuro ao valor presente. Nos casos das Coberturas por Sobrevivência, além da ETTJ acima mencionada, utilizamos a curva de juros do Cupom de IPCA, também divulgada pela SUSEP, para considerar a atualização monetária dos benefícios definida pelo IPCA.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia deve registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base do teste.

A Seguradora realiza testes de adequação dos passivos a cada final de exercício. O teste realizado demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Seguradora para com os segurados.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

o. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período à medida que são incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

3. Aplicações financeiras

A carteira de aplicações demonstrada abaixo considera os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos.

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

Valor justo por meio do resultado	Classe	Taxa de juros contratada	31/12/2016				%
			Valor do atualizado	Ajuste custo a valor justo	Valor justo/contábil		
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	65.518	(37)	65.481	9,21%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	14.106	-	14.106	1,98%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	Títulos públicos prefixados	12,69% PRE	401	6	407	0,06%	
Títulos de renda variável - ações	Títulos privados de renda variável	Ibovespa	909	209	1.118	0,16%	
Cotas de fundo - DPVAT	Títulos privados de renda fixa	-	62.279	-	62.279	8,76%	
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(13)	-	(13)	(0,01%)	
Subtotal carteira própria			143.200	178	143.378	20,16%	
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	46.187	(30)	46.157	6,49%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	Títulos públicos IPCA	IPCA + 6,05%	80.586	672	81.258	11,43%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	Títulos públicos prefixados	15,73% PRE	337.427	35.949	373.376	52,51%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	13.925	-	13.925	1,96%	
Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários	Títulos privados de renda fixa	105,595% CDI	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda fixa - debêntures	Títulos privados de renda fixa	100,068% CDI	23.393	(205)	23.188	3,26%	
Títulos de renda fixa - debêntures	Títulos privados de renda fixa	TJ3+0,55%	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda variável - ações	Títulos privados de renda variável	Ibovespa	6.799	(223)	6.576	0,92%	
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	Títulos privados de renda fixa	-	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda fixa - DPGE	Títulos privados de renda fixa	108,000% CDI	2.361	-	2.361	0,33%	
Letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	107,735% CDI	20.984	13	20.997	2,95%	
Letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	15,81% PRE	484	8	492	0,07%	
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(596)	-	(596)	(0,08%)	
Subtotal fundos previdenciários			531.550	36.184	567.734	79,84%	
Total			674.750	36.362	711.112	100,00%	

Valor justo por meio do resultado	Classe	Taxa de juros contratada	31/12/2015				%
			Valor do atualizado	Ajuste custo a valor justo	Valor justo/contábil		
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	61.308	(15)	61.293	9,93%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	16.602	-	16.602	2,69%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	-	-	-	-	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	Títulos públicos prefixados	12,69% PRE	177	(4)	173	0,03%	
Títulos de renda variável - ações	Títulos privados de renda variável	Ibovespa	926	(268)	658	0,11%	
Cotas de fundo - DPVAT	Títulos privados de renda fixa	-	44.385	-	44.385	7,19%	
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(13)	-	(13)	(0,01%)	
Subtotal carteira própria			123.385	(287)	123.098	19,94%	
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	81.677	3	81.680	13,24%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	Títulos públicos IPCA	IPCA + 6,05%	81.329	(3.697)	77.632	12,58%	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	102.470	-	102.470	16,61%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	Títulos públicos prefixados	15,73% PRE	108.379	(3.743)	104.636	16,96%	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	-	-	-	0,00%	
Títulos de renda fixa - certificados de depósitos bancários	Títulos privados de renda fixa	105,595% CDI	20.828	(6)	20.822	3,37%	
Títulos de renda fixa - debêntures	Títulos privados de renda fixa	100,068% CDI	39.685	(241)	39.444	6,39%	
Títulos de renda fixa - debêntures	Títulos privados de renda fixa	TJ3+0,55%	7.823	(16)	7.807	1,27%	
Títulos de renda variável - ações	Títulos privados de renda variável	Ibovespa	7.296	(134)	7.162	1,16%	
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	Títulos privados de renda fixa	-	35	-	35	0,01%	
Títulos de renda fixa - DPGE	Títulos privados de renda fixa	108,000% CDI	2.052	-	2.052	0,33%	
Letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	107,735% CDI	50.100	51	50.151	8,13%	
Letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	15,81% PRE	418	(10)	408	0,07%	
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(399)	-	(399)	(0,06%)	
Subtotal fundos previdenciários			501.693	(7.793)	493.900	80,06%	
Total			625.078	(6.808)	618.270	100,00%	

b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Títulos a valor justo por meio do resultado	31 de dezembro de 2016						Valor contábil
	3 meses e sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Letras financeiras do tesouro	-	-	27.124	-	13.143	71.371	111.638
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	2.556	78.702	81.258
Notas do tesouro nacional - compromissada	-	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	50.175	-	-	-	1.709	321.899	373.783
Letras do tesouro nacional - compromissada	28.031	-	-	-	-	-	28.031
Debêntures	1.197	2.611	176	-	13.337	5.867	23.188
Ações	7.694	-	-	-	-	-	7.694
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de renda fixa - DPGE	2.361	-	-	-	-	-	2.361
Letras financeiras	19.747	1.250	492	-	-	-	21.489
DPVAT	62.279	-	-	-	-	-	62.279
Tesouraria/contas a pagar	(609)	-	-	-	-	-	(609)
Total	170.875	3.861	27.792	-	30.745	477.839	711.112

Títulos a valor justo por meio do resultado	31 de dezembro de 2015						Valor contábil
	3 meses e sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Letras financeiras do tesouro	-	-	27.158	-	95.051	20.764	142.973
Notas do tesouro nacional	-	-	48.539	-	2.346	26.747	77.632
Notas do tesouro nacional - compromissada	119.072	-	-	-	-	-	119.072
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	104.809	-	104.809
Certificados de depósitos bancários	-	20.822	-	-	-	-	20.822
Debêntures	173	3.479	7.807	3.240	25.434	7.118	47.251
Ações	7.820	-	-	-	-	-	7.820
Fundos de investimento	35	-	-	-	-	-	35
Títulos de renda fixa - DPGE	-	-	-	-	2.052	-	2.052
Letras financeiras	27.602	-	3.054	510	19.393	-	50.559
DPVAT	44.385	-	-	-	-	-	44.385
Tesouraria/contas a pagar	(412)	-	-	-	-	-	(412)
Total	198.675	24.301	86.558	3.750	249.085	54.629	616.998

Atabelaabaixoapresentaaanálisedométododevalorizaçãodeativosfinanceirostrazidosaovalorjusto.

Os valores de referência foram identificados como se segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Hierarquia do valor justo

Valor justo por meio do resultado	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	20.822	-	20.822
DPGE	-	2.361	-	2.361	-	2.052	-	2.052
Letras financeiras do tesouro	111.638	-	-	111.638	142.973	-	-	142.973
Letras do tesouro nacional	373.783	-	-	373.783	104.809	-	-	104.809
Letras do tesouro nacional - compromissada	28.031	-	-	28.031	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	81.258	-	-	81.258	77.632	-	-	77.632
Notas do tesouro nacional - compromissada	-	-	-	-	119.072	-	-	119.072
Ações	-	7.694	-	7.694	-	7.820	-	7.820
Debêntures	-	23.188	-	23.188	-	47.251	-	47.251
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	35	-	35
Letras financeiras	-	21.489	-	21.489	-	50.559	-	50.559
DPVAT	-	62.279	-	62.279	-	44.385	-	44.385
Tesouraria/contas a pagar	-	-	(609)	(609)	-	-	(412)	(412)
Total	594.710	117.011	(609)	711.112	444.486	172.924	(412)	616.998

d) Instrumentos financeiros derivativos

Operação 31/12/2016	Quantidade	Data de vencimento	Posição da operação	Valor de referência	Resultado do período
DI futuro	4.150	01/01/2020	comprada	302.064	(34.666)
DI futuro	5	01/07/2018	comprada	427	(298)
DI futuro	152	01/01/2020	comprada	11.064	(1.340)
DI futuro	15	01/07/2018	comprada	1.281	(99)
DI futuro	100	01/01/2020	comprada	7.279	(1.008)
Total	4.717			351.585	(37.815)

Operação 31/12/2015	Quantidade	Data de vencimento	Posição da operação	Valor de referência	Resultado do período
DI futuro	875	01/07/2018	comprada	59.633	3.762
DI futuro	25	01/07/2018	comprada	1.704	-
Total	1.195			86.782	3.732

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

e) Movimentação das aplicações financeiras por categoria

Categoria	Saldo em		(+)	(-)	(+/-)	Saldo em
	31/12/2015	Aplicações				
Quotas de fundos de investimento PGBL/VGBL	493.900	75.799	71.050	69.085	567.734	
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	44.385	16.019	5.612	7.487	62.279	
Renda variável	658	-	-	460	1.118	
Títulos públicos	78.055	61.862	62.550	2.614	79.981	
Total	616.998	153.680	139.212	79.646	711.112	
Categoria	Saldo em		(+)	(-)	(+/-)	Saldo em
	31/12/2014	Aplicações				
Quotas de fundos de investimento PGBL/VGBL	432.430	93.100	85.454	53.824	493.900	
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	35.058	14.849	10.577	5.055	44.385	
Renda variável	1.013	2	-	(357)	658	
Títulos públicos	68.872	81.710	76.962	4.435	78.055	
Total	537.373	189.661	172.993	62.957	616.998	

4. Prêmios a receber

a) Ramos de seguros

	31/12/2016	31/12/2015
Prestamista	1.503	2.724
Vida em grupo	2.509	6.655
Acidentes pessoais	1.293	1.396
Demais	320	718
Subtotal	5.625	11.493
Redução ao valor recuperável	(1.778)	(4.037)
Total	3.847	7.456

b) Faixas de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer		
Até 30 dias	4.630	10.192
De 31 a 60 dias	50	158
De 61 a 120 dias	31	61
De 121 a 180 dias	18	50
De 181 a 365 dias	21	51
Acima de 365 dias	-	1
Total a vencer	4.750	10.513
Vencidos		
Até 30 dias	188	163
De 31 a 60 dias	48	133
De 61 a 120 dias	56	156
De 121 a 180 dias	41	177
De 181 a 365 dias	105	173
Acima de 365 dias	437	178
Total vencidos	875	980
Total	5.625	11.493

O montante correspondente a redução ao valor recuperável é de R\$ 1.778 (R\$ 4.037 em 31 de dezembro de 2015), não está demonstrado no quadro faixas de vencimento.

Para os produtos de previdência e vida há variações mensais de quantidade de vidas, por esta razão as faturas são impressas e enviadas mensalmente.

c) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º janeiro	7.456	10.613
(+) Prêmios emitidos (-) prêmios cancelados (*)	52.181	92.190
(+) IOF	106	183
(-) Recebimentos	(58.155)	(92.052)
Provisão para riscos de crédito	2.259	(3.478)
Saldo em 31 de dezembro	3.847	7.456

(*) Reconciliação com prêmios emitidos líquidos

Prêmios emitidos, líquido de cancelamentos + RVNE

	31/12/2016	31/12/2015
DPVAT	34.999	34.969
Prêmio - cosseguro aceito	(373)	(710)
Prêmio - cosseguro cedido	(5.089)	(19.133)
Prêmio restituído	(169)	(57)
Prêmios emitidos líquidos	81.549	107.259

5 Operações de resseguro

a) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão sinistros a liquidar (PSL)	1.217	1.098
Provisão despesas relacionadas (PDR)	3	2
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	72	131
Provisão de prêmios não ganhos	22	35
Provisão de riscos vigentes mas não emitidos	-	19
Total	1.314	1.285

b) Passivos de resseguro

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios de resseguro cedidos a liquidar	375	249

c) Composição por categoria de ressegurador

	31/12/2016		31/12/2015	
	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar
Resseguradora local	375	1.220	249	1.100
Total	375	1.220	249	1.100
	31/12/2016		31/12/2015	
	Prêmio cedido	Recuperação de sinistros	Prêmio cedido	Recuperação de sinistros
Resseguradora local	425	6	416	261
Total	425	6	416	261

d) Demonstração percentual ressegurado

Ramo	31/12/2016					
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	% Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Acidentes pessoais	6.684	51	0,76%	502	-	-
Auxílio funeral	1.983	-	-	454	-	-
Prestamista	16.925	374	2,21%	1.280	-	-
Vida em grupo	19.956	-	-	12.106	6	0,05%
Outros	1.003	-	-	(4)	-	-
Total	46.551	425	0,91%	14.338	6	0,05%
Ramo	31/12/2015					
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	% Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Acidentes pessoais	6.903	89	1,29%	410	-	-
Auxílio funeral	2.871	(76)	(2,65%)	306	-	-
Prestamista	26.340	53	0,20%	1.137	-	-
Vida em grupo	35.453	350	0,99%	18.276	261	1,43%
Outros	723	-	-	36	-	-
Total	72.290	416	0,58%	20.165	261	1,30%

e) Resultado com operações de resseguro

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios resseguros cedidos	(425)	(416)
Varição das provisões técnicas - resseguro cedido	(31)	(40)
Recuperação de indenização de resseguro	6	261
Varição da provisão IBNR resseguro	(59)	(42)
Total	(509)	(237)

6. Créditos tributários e previdenciários

a) Composição

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Diferenças temporárias	-	6.863	6.863	-	7.452	7.452
Impostos a compensar	241	-	241	10	-	10
Total	241	6.863	7.104	10	7.452	7.462

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e a previsão de realização dos créditos está fundamentada por estudo técnico, assim demonstrado:

	2017	2018	2019	2020	2021
Previsão de realização - %	8%	5%	5%	41%	41%

b) Movimentação das diferenças temporárias

Saldo e movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social.

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Provisão para riscos de crédito	903	-	243	660
Provisão para contingências fiscais	5.734	716	824	5.626
Provisão para contingências cíveis	220	-	212	8
Outras	595	76	102	569

Total dos créditos tributários sobre

diferenças temporárias

	7.452	792	1.381	6.863
Os créditos tributários de diferenças temporárias referem-se principalmente a ações judiciais e a realização depende de decisão definitiva desses processos. Os orçamentos de resultados futuros e os históricos de resultados já realizados comportam a realização dos créditos tributários.				

7. Imobilizado e intangível

a) Composição dos ativos tangíveis

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual	
Ativos tangíveis						
Móveis, máquinas e utensílios	10	40	(9)	31	32	
Equipamentos	20	1.210	(558)	652	379	
Veículos	20	4	-	4	4	
Outros	-	57	-	57	53	
Total de ativos tangíveis		1.311	(567)	744	468	

b) Movimentação dos ativos tangíveis

Descrição	Saldo em 31/12/2015				Saldo em 31/12/2016	
	Custo histórico	Adições	Baixa	Saldo residual	Custo histórico	Saldo residual
Ativos tangíveis - custo histórico						
Móveis, máquinas e utensílios	39	1	-	40		
Equipamentos	822	403	(15)	1.210		
Veículos	4	-	-	4		
Outros	53	4	-	57		
Total de ativos tangíveis - custo histórico	918	408	(15)	1.311		
Ativos tangíveis - depreciação acumulada						
Móveis, máquinas e utensílios	(7)	(2)	-	(9)		
Equipamentos	(443)	(130)	15	(558)		
Total de ativos tangíveis - depreciação acumulada	(450)	(132)	15	(567)		
Total de ativos tangíveis - saldo residual	468	276	-	744		

c) Composição dos ativos intangíveis

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual	
Ativos intangíveis						
Marcas e patentes	-	5	-	5	5	
Desenvolvimento de sistemas	20	1.907	(1.172)	735	806	
Total de ativos intangíveis		1.912	(1.172)	740	811	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

d) Movimentação dos ativos intangíveis

Descrição	Saldo em			Saldo em		
	31/12/2015	Adições	Baixa	31/12/2016		
Ativos intangíveis - custo histórico						
Marcas e patentes	5	-	-	5		
Desenvolvimento de sistemas	1.670	237	-	1.907		
Total de ativos intangíveis - custo histórico	1.675	237	-	1.912		
Ativos intangíveis - amortização acumulada						
Desenvolvimento de sistemas	(864)	(308)	-	(1.172)		
Total de ativos intangíveis - amortização acumulada	(864)	(308)	-	(1.172)		
Total de ativos intangíveis - saldo residual	811	(71)	-	740		

8. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos propostos a pagar	1.193	1.187
Participação nos lucros a pagar	643	613
Obrigações e benefícios trabalhistas	35	34
Total	1.871	1.834

b) Impostos e contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	-	220
Contribuição social	-	262
COFINS	146	265
PIS	24	43
ISS sobre a gestão de carteira de fundos	6	5
Total	176	795

c) Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	906	631
Outras contas a pagar	393	174
Total	1.299	805

c) Movimentação das provisões técnicas de seguros

	Em 31 de dezembro de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros a liquidar - consórcios e fundos	Provisão de IBNR	Provisão de IBNR - consórcios e fundos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de despesas relacionadas - consórcios e fundos
Saldo no início do período	23.239	6.996	15.852	5.995	28.198	351	322
Constituições decorrentes de prêmios	8.382	781	(3.346)	(239)	21.083	46	156
Diferimento pelo risco decorrido	(11.353)	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	21.238	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistro	-	(13.675)	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(2.805)	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	1.108	-	-	-	-	-
Encerramento	-	(6.151)	-	-	-	-	-
Saldo no final do período	20.268	7.492	12.506	5.756	49.281	397	478

	Em 31 de dezembro de 2015						
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros a liquidar - consórcios e fundos	Provisão de IBNR	Provisão de IBNR - consórcios e fundos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de despesas relacionadas - consórcios e fundos
Saldo no início do período	21.506	6.976	17.075	6.691	17.548	350	421
Constituições	18.391	(128)	(1.223)	-	10.650	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(16.658)	-	-	(696)	-	1	(99)
Aviso de sinistros	-	22.158	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros	-	(14.279)	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(1.947)	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	140	-	-	-	-	-
Encerramento	-	(5.924)	-	-	-	-	-
Saldo no final do período	23.239	6.996	15.852	5.995	28.198	351	322

d) Movimentação das provisões técnicas - (PGBL)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	277.414	255.586
Portabilidades aceitas/cedidas	(5.145)	(3.528)
Contribuições líquidas	13.947	11.735
Rendimento das quotas dos fundos exclusivos	38.646	30.173
Resgates	(10.670)	(17.357)
Outras movimentações	(28)	805
Saldo no final do período	314.164	277.414

e) Movimentação das provisões técnicas - vida com cobertura por sobrevivência - (VGBL)

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	218.746	178.941
Portabilidades aceitas/cedidas	(1.483)	3.197
Contribuições líquidas	21.435	19.623
Rendimento/desvalorização das quotas dos fundos exclusivos	30.439	23.651
Resgates	(13.323)	(6.774)
Outras movimentações	(5)	108
Saldo no final do período	255.809	218.746

9. Depósitos de terceiros

	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	1.102	1.103
De 31 a 180 dias	116	136
Acima de 180 dias	5	3
Total	1.223	1.242

10. Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos de danos e pessoas, vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e planos garantidores de benefícios livres (PGBL)

a) Provisões técnicas de seguros de danos e pessoas

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de prêmios não ganhos	20.268	23.239
Provisão de sinistros a liquidar	7.492	6.996
Provisão de sinistros a liquidar - consórcios e fundos	12.506	15.852
Provisão de IBNR	5.756	5.995
Provisão de IBNR - consórcios e fundos	49.281	28.198
Provisão de despesas relacionadas	397	351
Provisão de despesas relacionadas - consórcios e fundos	478	322
Total das provisões	96.178	80.953

b) Provisões técnicas - seguros de danos e pessoas

Ramo	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisões técnicas	Despesas de comercialização diferidas	Provisões técnicas	Despesas de comercialização diferidas
Prestamista	19.606	4.609	20.259	5.750
Acidentes pessoais	1.753	464	1.574	635
Vida em grupo	11.919	547	13.835	1.388
DPVAT	62.266	-	44.372	-
Demais ramos	634	160	913	241
Total	96.178	5.780	80.953	8.014

f) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º janeiro	8.014	9.289
Constituição	431	2.967
Diferimento	(2.665)	(4.242)
Saldo em 31 de dezembro	5.780	8.014

(*) O prazo médio de diferimento é anual e realizado conforme a vigência das apólices, sendo em sua maioria 12 meses.

g) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)**

Ano de ocorrência incorrido	Valores brutos de resseguro											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Até data-base	3.092	4.310	6.552	6.684	11.192	10.971	13.973	12.060	12.015	10.303	7.559	98.711
Um ano mais tarde	4.137	6.079	8.191	9.214	14.354	15.693	18.108	15.706	14.586	12.525	-	118.593
Dois anos mais tarde	4.244	6.279	8.246	9.633	15.852	16.378	18.120	16.478	14.971	-	-	110.201
Três anos mais tarde	4.357	6.378	8.352	9.550	15.384	15.964	18.366	16.878	-	-	-	95.229
Quatro anos mais tarde	4.321	6.485	8.443	9.626	15.739	15.995	18.894	-	-	-	-	79.503
Cinco anos mais tarde	4.327	6.583	8.518	9.333	16.022	16.576	-	-	-	-	-	61.359
Seis anos mais tarde	4.316	6.611	8.477	9.398	16.448	-	-	-	-	-	-	45.250
Sete anos mais tarde	4.330	6.645	8.531	9.537	-	-	-	-	-	-	-	29.043
Oito anos mais tarde	4.335	6.683	8.536	-	-	-	-	-	-	-	-	19.554
Nove anos mais tarde	4.330	6.746	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.076
Dez anos mais tarde	4.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.340
Posição em 31/12/2016	4.340	6.746	8.536	9.537	16.448	16.576	18.894	16.878	14.971	12.525	7.559	133.010
Pago acumulado												
Até data-base	2.454	3.246	5.101	4.780	5.747	7.507	10.247	9.395	8.411	7.065	5.270	69.223
Um ano mais tarde	3.899	5.847	7.582	7.767	11.853	14.051	16.745	15.074	13.791	11.760	-	108.369
Dois anos mais tarde	4.073	6.016	7.953	8.345	13.623	14.971	17.664	15.981	14.278	-	-	102.904
Três anos mais tarde	4.237	6.225	8.062	8.764	13.894	15.436	18.038	16.496	-	-	-	91.152
Quatro anos mais tarde	4.242	6.288	8.111	8.917	14.424	15.570	18.703	-	-	-	-	76.255
Cinco anos mais tarde	4.253	6.316	8.223	9.098	14.517	16.049	-	-	-	-	-	58.456
Seis anos mais tarde	4.254	6.385	8.381	9.240	14.823	-	-	-	-	-	-	43.083
Sete anos mais tarde	4.307	6.385	8.463	9.380	-	-	-	-	-	-	-	28.535
Oito anos mais tarde	4.307	6.439	8.463	-	-	-	-	-	-	-	-	19.209
Nove anos mais tarde	4.307	6.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.746
Dez anos mais tarde	4.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.340
Posição em 31/12/2016	4.340	6.439	8.463	9.380	14.823	16.049	18.703	16.496	14.278	11.760	5.270	126.001
Provisão de sinistros em 31/12/2016	-	307	73	157	1.625	527	191	382	693	765	2.289	7.009
Provisão de sinistros de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	321
PDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	397
Pendência final	-	307	73	157	1.625	527	191	382	693	765	2.289	7.889

Ano de ocorrência incorrido	Valores líquidos de resseguro											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Até data-base	2.870	4.057	5.418	6.211	10.409	10.971	11.331	12.036	11.979	10.303	7.259	92.844
Um ano mais tarde	3.903	5.674	7.053	8.523	14.126	15.585	15.466	14.942	14.494	12.525	-	112.291
Dois anos mais tarde	4.010	5.874	7.108	8.889	15.224	16.270	15.478	15.714	14.879	-	-	103.446
Três anos mais tarde	4.123	5.973	7.214	8.954	15.020	15.856	15.724	16.114	-	-	-	88.978
Quatro anos mais tarde	4.087	6.080	7.305	9.015	14.593	15.887	16.152	-	-	-	-	73.119
Cinco anos mais tarde	4.093	6.178	7.380	8.860	14.696	16.432	-	-	-	-	-	57.639
Seis anos mais tarde	4.082	6.206	7.339	8.925	15.148	-	-	-	-	-	-	41.700
Sete anos mais tarde	4.096	6.240	7.393	9.064	-	-	-	-	-	-	-	26.793
Oito anos mais tarde	4.101	6.278	7.398	-	-	-	-	-	-	-	-	17.777
Nove anos mais tarde	4.096	6.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.437
Dez anos mais tarde	4.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.106
Posição em 31/12/2016	4.106	6.341	7.398	9.064	15.148	16.432	16.152	16.114	14.879	12.525	7.259	125.418
Pago acumulado												
Até data-base	2.312	3.093	4.308	4.307	5.747	7.507	7.722	9.371	8.375	7.065	5.008	64.815
Um ano mais tarde	3.665	5.442	6.444	7.294	11.625	13.943	14.103	14.310	13.699	11.760	-	102.285
Dois anos mais tarde	3.839	5.611	6.815	7.872	13.395	14.863	15.022	15.217	14.186	-	-	96.820
Três anos mais tarde	4.003	5.820	6.924	8.291	13.666	15.328	15.396	15.732	-	-	-	85.160
Quatro anos mais tarde	4.008	5.883	6.973	8.444	14.196	15.462	15.961	-	-	-	-	70.927
Cinco anos mais tarde	4.019	5.911	7.085	8.625	14.289	15.905	-	-	-	-	-	55.834
Seis anos mais tarde	4.020	5.980	7.243	8.767	14.595	-	-	-	-	-	-	40.605
Sete anos mais tarde	4.073	5.980	7.325	8.907	-	-	-	-	-	-	-	26.285
Oito anos mais tarde	4.073	6.034	7.325	-	-	-	-	-	-	-	-	17.432
Nove anos mais tarde	4.073	6.034	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.107
Dez anos mais tarde	4.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.106
Posição em 31/12/2016	4.106	6.034	7.325	8.907	14.595	15.905	15.961	15.732	14.186	11.760	5.008	119.519
Provisão de sinistros em 31/12/2016	-	307	73	157	553	527	191	382	693	765	2.251	5.899
Provisão de sinistros de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214
PDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	394
Pendência final	-	307	73	157	553	527	191	382	693	765	2.251	6.669

h) Provisões de sinistros a liquidar judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Totais por classificação	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Remota	474	1.475	536	2.145
Possível	2.618	9.381	2.605	10.127
Provável	512	4.063	523	3.941
Total	3.604	14.919	3.664	16.213

i) Movimentação

	31/12/2016		31/12/2015	
	Seguros	Resseguros	Seguros	Resseguros
Saldo no início do período	16.213	1.098	15.686	918
Total pago no período	(4.560)	(135)	(3.758)	-
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	2.397	-	2.242	-
Quantidade de ações pagas no período	567	2	512	-
Novas constituições no período	5.578	(297)	5.552	206
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.297	-	1.469	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2016	4.729	-	-	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	379	-	5.212	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	45	-	(63)	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	425	(297)	403	206
Baixa da provisão por êxito	(2.612)	-	(1.685)	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas e/ou probabilidade	(1.026)	-	278	-
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	1.326	513	140	(26)
Saldo no final do período	14.919	1.179	16.213	1.098

11. Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões técnicas	666.151	577.113
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(1.217)	(1.098)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNER	(72)	(131)
(-) Ativos de resseguro redutores de PDR	(3)	(2)
(-) Provisões dos consórcios DPVAT	(62.265)	(44.372)
(=) Total a ser coberto	602.594	531.510
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas de fundos vinculados a PGBL e VGBL	567.734	493.900
Quotas de fundos de investimentos exclusivos e letras financeiras do tesouro	78.096	71.117
(=) Total oferecido em cobertura	645.830	565.017
Excesso de cobertura	43.236	33.507

12. Provisões judiciais

Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais de natureza, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal". A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

Natureza	Adições				Depósito judicial em	
	Saldo em 31/12/2015	Principal	Atualizações	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Depósito judicial em 31/12/2015 (*)
1 - Fiscal	19.263	-	1.790	-	21.053	21.404
2 - Cível	550	156	(56)	(631)	19	-
Total	19.813	156	1.734	(631)	21.072	21.404

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla garantias oriundas de discussões judiciais de sinistros no valor de R\$ 135 (R\$ 127 em 31 de dezembro de 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Fiscal

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, as obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: **(i) COFINS e PIS** - Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante a base de cálculo para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas da Companhia. O recolhimento dessas contribuições foi efetuada sobre a receita com taxa de gestão. Os valores das contribuições devidas sobre a receita de prêmios de seguros, receita de carregamento e outras receitas operacionais e não operacionais estão provisionados no montante de R\$ 17.684 (R\$ 16.153 em 31 de dezembro de 2015). No que se refere às contribuições devidas sobre a receita financeira a Seguradora constitui provisão no montante de R\$ 3.290 (R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2015). Os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda do processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 21.329 (R\$ 19.289 em 31 de dezembro de 2015), a partir de 2015 com o advento da Lei 12.973/2014, esta alterou o conceito de faturamento das empresas enquadradas na Lei nº 9.718/1998, desta forma, a Seguradora passou a recolher a COFINS e o PIS sobre a totalidade das receitas operacionais da companhia; **(ii) INSS** - Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado no montante de R\$ 79 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2015) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 75 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2015).

2. Cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados, na sua maioria, a sinistros que foram negados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação.

Probabilidade de perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	5	11	19	5	636	550
Possível	5	87	-	20	643	-
Remota	25	122	-	47	522	-
Total	35	220	19	72	1.801	550

Movimentação das provisões judiciais cíveis

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do período	550	47
Total pago no período	(23)	(89)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	17	5
Quantidade de ações pagas no período	2	5
Novas constituições no período	156	552
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	2	1
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2016	2	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	13	15
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	-	(4)
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	141	541
Baixa da provisão por êxito	(3)	-
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(605)	-
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(56)	40
Saldo final do período	19	550

13. Patrimônio líquido

a) Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 15.521.182 (15.197.710 em dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais e sua destinação será utilizada para absorver os prejuízos acumulados e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 80% do Capital Social.

Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos acionistas.

Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Atos societários

A proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício, aprovada pela Diretoria e que será apreciada pelos acionistas em A.G.O., inclui a distribuição de dividendos, conforme abaixo:

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	5.024
Reserva legal - 5%	(251)
Lucro líquido ajustado	4.773
Dividendos a distribuir - 25%	1.193
Reserva estatutária	3.580

14 Detalhamento das contas de demonstração de resultado:

a) Principais ramos de atuação bruto de resseguro

Ramo	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade		Índice de comissionamento	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vida em grupo	22.043	35.347	46,58	37,14	25,14	35,54
Acidentes pessoais	6.523	6.736	8,52	7,21	31,90	31,29
Prestamista	17.659	24.475	7,37	1,89	50,71	60,40
DPVAT	34.755	34.928	85,71	86,68	1,41	1,41
Demais	3.297	3.999	20,75	5,13	35,88	35,76
Total	84.277	105.485	50,55	42,24	21,66	29,75

As contribuições aos planos de previdência do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres "PGBL" totalizam R\$ 13.947 (R\$ 11.735 em dezembro de 2015) e as contribuições de riscos totalizam no período R\$ 3 (R\$ 2 em dezembro de 2015).

As contribuições aos planos denominados Vida Gerador de Benefícios Livres "VGBL", totalizam R\$ 21.436 (R\$ 19.623 em dezembro de 2015).

b) Prêmios emitidos

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios diretos	55.349	91.293
Consórcios e fundos	34.998	34.969
Prêmios de cosseguros aceitos	(373)	(710)
Prêmios de cosseguro cedidos	(5.089)	(19.132)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(3.336)	839
Total	81.549	107.259

c) Sinistros ocorridos

	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros diretos	14.338	20.165
Serviços de assistência	991	783
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(238)	(696)
Consórcios e fundos	29.789	30.274
Provisão de despesas relacionadas	84	1
Recuperação de sinistros - congêneres	(2.365)	(5.973)
Total	42.599	44.554

d) Custo de aquisição diferido (DAC)

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões	6.760	18.484
Varição das despesas de comercialização diferidas	3.472	1.831
Consórcios e fundos	490	494
Outras despesas de comercialização	8.766	11.124
Varição de outras despesas de comercialização	(1.237)	(556)
Total	18.251	31.377

e) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com consórcios e fundos	2.644	2.561
Despesas com administração de apólice e/ou outros	1.447	3.050
Despesas com prestação de serviços	524	849
Despesas com títulos de capitalização	324	422
Despesas com cobrança	117	115
(Reversão)/constituição de provisão de risco sobre crédito	(608)	1.565
Outras (receitas)/despesas	(397)	327
Total	4.051	8.889

f) Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com pessoal próprio	10.304	9.569
Despesas com serviços de terceiros	1.705	2.164
Despesas participadas	5.021	3.973
Despesas com localização e funcionamento	1.394	1.469
Despesas com publicação	150	132
Despesas administrativas de representação	283	560
Despesas com consórcios e fundos	1.652	1.686
Outras despesas	894	784
Total	21.403	20.337

A remuneração da Diretoria no exercício totalizou R\$ 1.525 (R\$ 1.434 em dezembro 2015). A Seguradora não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

g) Despesas com tributos

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com COFINS	3.027	3.429
Despesas com PIS	492	557
Despesas com taxa de fiscalização	810	740
Outras	148	133
Total	4.477	4.859

h) Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras:		
Rendimento dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	69.085	53.824
Rendimento com aplicação em renda fixa	10.561	9.133
Atualização monetária - depósito judicial	2.061	1.689
Valor justo - receita	615	119
Dividendos	41	39
Outras	351	376
Despesas financeiras:		
Despesas dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	(69.085)	(53.824)
Despesas com atualização monetária	(1.735)	(1.709)
Valor justo - despesas	(384)	(681)
Outras	(703)	(187)
Total	10.807	8.779

15. Impostos sobre a renda corrente diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes dos impostos e após participações	8.800	8.413	8.800	8.413
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	(131)	(154)	231	201
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	(802)	480	(802)	480
Provisões para riscos sobre créditos	(608)	1.565	(608)	1.565
Provisões para pagamento de despesas	(64)	656	(63)	595
Base de cálculo dos tributos	7.195	10.960	7.558	11.254
Impostos correntes às alíquotas vigentes	1.775	2.716	1.511	1.881
(-) Incentivos fiscais	(100)	(108)	-	-
Impostos a pagar	1.675	2.608	1.511	1.881
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	369	(675)	221	(396)
Ajustes	-	(3)	-	-
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	2.044	1.930	1.732	1.485
Taxa efetiva	28%	18%	23%	13%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

16. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido ajustado	31/12/2016
1. Ajustes contábeis	
(+) Patrimônio líquido	60.792
(-) Despesas antecipadas	(1.327)
(-) Ativo intangível	(740)
Subtotal - Patrimônio líquido ajustado	58.725
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	—
Subtotal - ajustes dos valores econômicos	—
Patrimônio líquido ajustado - PLA (1+2)	58.725
Capital-base (I)	15.000
Capital de risco (II)	13.835
Risco de subscrição	12.310
Risco de crédito	1.378
Risco operacional	739
Risco de mercado	157
Deflator - correção entre riscos	(749)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	43.725

A Resolução CNSP nº 321/2015 determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta liquidez de 313% equivalente a R\$ 43.236.

Conforme disposições transitórias da Resolução CNSP 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 50% em 31 de dezembro de 2016.

17. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

i. contratos de seguros de vida, realizadas com as empresas do mesmo grupo acionário: Agropalma S.A., Agropecuária Paraná Ltda., Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Seguradora S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Companhia Refinadora da Amazônia, Corumbal Corretora de Seguros Ltda., Fazenda Anacruz Ltda., Fazenda Fortaleza Ltda., Fazenda Santa Cruz, Fazenda Santa Fé Ltda., Fazenda Vera Cruz, Financeira Alfa S.A., Indústria Xharas Ltda., Instituto Alfa de Cultura, Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Táci Aéreo Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., Rádio Transamérica, Rio Verde Representações e Administração Ltda., Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda., Soubach Beneficiamento em Couros Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda., Transamérica Eventos e Marketing Ltda., Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda., Transamérica Expo Center Ltda., Transamérica Flats Ltda., Vera Cruz Empreendimentos Imobiliários Ltda., prestação de serviços com a Metro Dados Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda., Metro Tecnologia Informática Ltda., e o rateio de despesas administrativas com a Alfa Seguradora S.A..

ii. O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, cuja taxa de administração correspondente de 0,116% a 2,00% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.721 (R\$ 3.823 em 31 de dezembro de 2015).

iii. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Previdência, registrada na rubrica "Despesas administrativas", totalizou, no exercício, R\$ 1.525 (R\$ 1.434 em dezembro 2015) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

iv. Alguns membros da Seguradora e também de outras Empresas do Grupo Alfa, considerados como "pessoal-chave da Administração", possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de reserva totaliza R\$ 105.833 (R\$ 89.896 em 31 de dezembro de 2015).

v. A Seguradora possui conta corrente junto ao Banco Alfa S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 47 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2015).

As operações estão demonstradas a seguir:

	Direitos		Obrigações		Receitas		Despesas	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Prestação de serviços e rateio de despesas administrativas (i)	—	—	637	312	—	—	5.045	4.000
Contratos de seguros	—	—	—	—	546	722	—	—
Bancos (v)	47	23	—	—	—	—	—	—
Total	47	23	637	312	546	722	5.045	4.000

18. Gerenciamento de riscos

a) Introdução

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Companhia faz parte do Grupo Alfa e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo (Apoio), administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

b) Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela sociedade seguradora.

A gestão do risco de seguros é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices, aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações.

Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados.

As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das boas práticas do mercado.

A aceitação dos riscos de morte e/ou invalidez é realizada através da análise da composição etária e da atividade dos grupos seguráveis, e em casos de capital segurado mais elevado é realizada análise de informações sobre as condições de saúde do segurado, considerando as regras de resseguro aplicadas.

A gestão de riscos dos planos de previdência é realizada pelo estabelecimento de planos com premissas sobre juros e tábua atuarial bastante conservadora, evitando o risco de descasamento entre o risco de longevidade e a expectativa de vida brasileira.

A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos.

A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarretem exposição de perda à Seguradora. Os contratos de resseguro são realizados para cada carteira segurada de forma independente, sendo revistos anualmente. A Seguradora tem como política não se utilizar de contratos facultativos de resseguro, sendo os poucos casos existentes tratados como exceção e gerenciados pelas áreas técnicas/produto.

c) Riscos de crédito

O risco de crédito considera a incerteza relacionada a probabilidade da contraparte de uma operação, ou o emissor de uma dívida, não honrar total ou parcialmente, seus compromissos financeiros.

Com a finalidade de monitorar o risco de crédito, a Companhia, com apoio da área de gestão do Grupo Alfa, faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira de ativos financeiros e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado observado.

Para a decisão em aceitação destes ativos avalia as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou venda do mesmo em decorrência desta análise.

Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

• **Aplicações financeiras** - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco. Existe ainda, uma pequena parcela de aplicações financeiras, em ações negociadas na BM&FBOVESPA com alta liquidez. O saldo que representa a exposição ao risco é de R\$ 1.118 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 658 em 31 de dezembro 2015).

d) Rating dos ativos financeiros

Carteira de ativos por nível de risco

Ativos financeiros/rating*	Grau de Investimento										Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA-	A-	A	BBB-	Ba1	BB-	B			
	Aaa	Aa1	Aa3	A3	A2	Baa3	Ba2	Ba3	B2			
S&P	Soberano	AAA	AA+	AA-	A+	A	BBB-	Ba3	BB-	B	rating	Total
Cotas de fundos												
DPVAT											62.279	62.279
Títulos de renda fixa - debêntures		5.152	2.829	4.253		3.586		3.093	3.078		1.197	23.188
Títulos de renda fixa - DPGE										2.361		2.361
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	373.783											373.783
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional - compromissadas	28.031											28.031
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	111.638											111.638
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	81.258											81.258
Títulos de renda variável - ações		3.113	1.389	190		402	270	136			2.194	7.694
Títulos privados - letras financeiras		15.149	625					493			5.222	21.489
Tesouraria/contas a pagar											(609)	(609)
Prêmios a receber											3.847	3.847
Ressegurador					338							338
Total	594.710	23.414	4.843	4.443	338	3.988	270	3.722	3.078	2.361	74.130	715.297

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB (risco país: dezembro/2016). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

e) Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros.

Para mitigar os riscos financeiros significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Companhia.

Utilizamos para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa não descontado:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Até Acima de		Total	Até Acima de		Total
	365 dias	365 dias		365 dias	365 dias	
Fluxo de caixa não descontado	365 dias	365 dias	Total	365 dias	365 dias	Total
Ações	7.694	-	7.694	7.820	-	7.820
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	20.822	-	20.822
Cotas de fundos DPVAT	62.279	-	62.279	44.385	-	44.385
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	35	-	35
Debêntures	3.984	19.204	23.188	14.699	32.552	47.251
Títulos de renda fixa - DPGE	2.361	-	2.361	-	2.052	2.052
Letras financeiras	21.489	-	21.489	31.166	19.393	50.559
Letras financeiras do tesouro	27.124	84.514	111.638	27.158	115.815	142.973
Letras do tesouro nacional	50.175	323.608	373.783	-	104.809	104.809
Letras do tesouro nacional - compromissadas	28.031	-	28.031	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	81.258	81.258	48.539	29.093	77.632
Notas do tesouro nacional - compromissadas	-	-	-	119.072	-	119.072
Contas a pagar de fundos exclusivos	(609)	-	(609)	(412)	-	(412)
Total dos ativos financeiros	202.528	508.584	711.112	313.284	303.714	616.998
Créditos das operações	5.017	-	5.017	8.610	-	8.610
Títulos e créditos a receber	601	28.402	29.003	339	26.932	27.271
Despesas antecipadas	1.327	-	1.327	383	-	383
Custos de aquisição diferidos	2.774	3.006	5.780	7.211	803	8.014
Ativos de resseguros e retrocessões	1.314	-	1.314	1.285	-	1.285
Caixa e bancos	900	-	900	971	-	971
Total ativo	214.461	539.992	754.453	332.083	331.449	663.532
Provisões técnicas - seguros	(339.507)	(12.480)	(351.987)	(291.218)	(8.481)	(299.699)
Provisões técnicas - previdência complementar	(314.164)	-	(314.164)	(277.414)	-	(277.414)
Passivo - contas a pagar	(4.492)	-	(4.492)	(4.566)	-	(4.566)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(1.948)	-	(1.948)	(6.092)	-	(6.092)
Depósitos de terceiros	(1.223)	-	(1.223)	(1.242)	-	(1.242)
Outros débitos	-	(21.331)	(21.331)	-	(20.024)	(20.024)
Total passivo	(661.334)	(33.811)	(695.145)	(580.532)	(28.505)	(609.037)

f) Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do Grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento.

Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

O Grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do VaR (Value at Risk) paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método EWMA com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de VaR, testes de stress são efetuados baseado nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela BM&FBOVESPA. Ambos os controles de avaliação de risco e stress possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

g) Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos de renda fixa, o Índice de Mercado ANBIMA - B (IMA-B (ANBIMA)) para os ativos de renda fixa atrelados à Índice de preços, o Índice SELIC para títulos públicos, variação do IBOVESPA para ativos em renda variável, para fundos com 25% e 49% de renda variável utiliza-se 25% do Ibovespa e 75% do CDI e 49% do Ibovespa e 51% do CDI, respectivamente. Em 2016, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foi:

Ativo	Rentabilidade		Comparação com Benchmark
	do período	Benchmark	
Títulos de renda variável	55,91%	38,93%	143,62%
Fundos previdenciários: 25% renda variável	13,20%	20,28%	65,09%
Fundos previdenciários: 49% renda variável	14,03%	26,25%	53,45%
Fundos previdenciários de renda fixa	13,67%	14,06%	97,23%
Fundos previdenciários renda fixa (índice de preços)	24,98%	24,81%	100,69%
Fundo de renda fixa	13,74%	14,06%	97,72%
Renda fixa (títulos públicos) - LFT	14,01%	14,02%	99,93%
Renda fixa (títulos públicos) - LTN	15,70%	14,02%	111,98%
Renda fixa (títulos públicos) - LTN	3,77%	1,02%	369,61%

h) Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A Seguradora possui agentes de controles internos (gerentes dos departamentos), alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da gerência de controles internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da gerência de controles internos.

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela gerência de controles internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada. As principais gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida.

Atuando continuamente na prevenção e combate a lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

i) Risco legal/regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

19. Concentração de riscos

As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde a seguradora opera. Os valores estão detalhados por região para dezembro de 2015 e dezembro de 2016, e abrangem os ramos de pessoas, tais como: Auxílio Funeral, Acidentes Pessoais, Perda de Renda, Eventos Aleatórios, Vida em Grupo, Prestamista e Vida Individual. Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 31 de dezembro de 2016.

Para mitigar o risco que a companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro.

Para o período atual, houve uma redução de 15% no nível de exposição ao risco. A região Sudeste possuía no período anterior 42% do risco assumido e no período atual passa a liderar com 80%. A região Norte é a menos expressiva, com menos de 1% do risco assumido no exercício atual, comparado com 2% no exercício anterior. A região Nordeste apresentou 2% em ambos os exercícios. Já a região Sul atualmente possui 9% do risco assumido comparado com 7% do período anterior. A região Centro Oeste detém 9% no período atual ante 47% no anterior.

Período	Concentração de risco					
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Total
31/12/2016	2.636	21.289	91.333	770.690	90.553	976.501
31/12/2015	17.861	26.298	544.368	476.554	77.715	1.142.796

20. Sensibilidade aos riscos

O teste de sensibilidade considera as seguintes premissas atuariais: despesas administrativas; custo de aquisição; sinistralidade; despesas com a liquidação de sinistros; salvados e ressarcimentos; severidade e, seus respectivos impactos sob o resultado operacional (brutos dos efeitos tributários), bem como, no índice combinado. Também é apresentado o impacto no Patrimônio Líquido do final do exercício, após os impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social) estimados em 45%, desconsiderando-se eventuais efeitos dos benefícios gerados por créditos tributários. O índice combinado é o indicador que melhor reflete o resultado da atividade de seguros, sendo composto neste trabalho pelas contas: sinistros ocorridos; custo de aquisição; resultado com resseguro; e despesas administrativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Apresentamos abaixo a sensibilidade estimada a cada fator.

Teste de sensibilidade

		31/12/2016			31/12/2015		
		Resultado operacional		Impacto no patrimônio líquido***	Resultado operacional		Impacto no patrimônio líquido***
		antes dos impostos	Índice combi-nado*		antes dos impostos	Índice combi-nado*	
		(R\$ mil)	nado*	líquido***	(R\$ mil)	nado*	líquido***
Premissas atuariais							
01) Sem alteração	Líquido de resseguro	3.121	0,97	-	5.165	0,95	-
	Bruto de resseguro**	3.630	0,96	-	5.402	0,95	-
02) Aumento de 15% das despesas administrativas	Líquido de resseguro	1.811	0,98	996	2.115	0,98	1.233
	Bruto de resseguro**	2.319	0,97	1.276	2.352	0,98	1.371
03) Aumento de 15% no custo de aquisição	Líquido de resseguro	384	1,00	211	459	1,00	267
	Bruto de resseguro**	892	0,99	491	696	0,99	406
04) Aumento de 15% na sinistralidade	Líquido de resseguro	(3.268)	1,04	(3.268)	(1.518)	1,01	(1.518)
	Bruto de resseguro**	(2.760)	1,03	(2.760)	(1.281)	1,01	(1.281)
05) Aumento de 20% das despesas de sinistros	Líquido de resseguro	1.617	0,98	890	3.553	0,97	2.072
	Bruto de resseguro**	2.126	0,98	1.169	3.790	0,97	2.210
06) Redução de 20% na recuperação de salvados e ressarcimentos	Líquido de resseguro	3.121	0,97	1.717	5.165	0,95	3.011
	Bruto de resseguro**	3.630	0,96	1.996	5.402	0,95	3.150
07) Aumento de 15% na severidade	Líquido de resseguro	(2.495)	1,03	(2.495)	(1.205)	1,01	(1.205)
	Bruto de resseguro**	(1.987)	1,02	(1.987)	(968)	1,01	(968)

* Sem considerar os impostos.

** Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

*** O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do exercício.

O teste apresentou, para o período até Dezembro de 2016, um resultado satisfatório na maioria dos quesitos da simulação.

Quanto às limitações da análise de sensibilidade: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Deve ser observado ainda que os efeitos de cada mudança em uma premissa são gerados pela variação dos saldos ou valores obtidos no período em curso. Exemplificando, o valor do teste de sensibilidade para a premissa de um aumento nas Despesas Administrativas em 15% foi obtido pelo agravamento deste percentual sobre o volume de despesas administrativas verificado no período avaliado.

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

O *Stress Test*, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto a com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para Ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado (exceto dos ativos que compõe os fundos previdenciários), levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Companhia. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 31/12/2016.

Variável financeiro	Premissas %	Impacto estimado em 31/12/2016 resultado bruto do exercício e patrimônio líquido (*)
Taxa de juros	10%	917
Taxa de juros	(10%)	(917)
Taxa pré - LTN-O	10%	192
Taxa pré - LTN-O	(10%)	(192)
Taxa pré - LTN	10%	5
Taxa pré - LTN	(10%)	(5)
Ibovespa	10%	11
Ibovespa	(10%)	(11)

(*) Valores brutos

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa SELIC. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa SELIC base de dezembro/2016 (14,02% a.a.). A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (13,64% a.a. e 12,69% a.a.).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em dezembro/2016, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 54 mil a 66 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

21. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

DIRETORIA

Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcelos

Carlos dos Santos

Celso Luiz Dobarrío de Paiva

Milca Pereira Zambrini

Aparecida Zavam Peres Pires
Contadora - CRC nº 1SP153039/O-3

Ismael Garcia
Atuário Responsável Técnico MIBA nº 1010

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Previdência e Vida S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Alfa Previdência e Vida S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidas da Alfa Previdência e Vida S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos

relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

ANEXO I (EM MILHARES DE REAIS)

1. Provisões técnicas e ativos de resseguro

Total de provisões técnicas **31/12/2016**

Total de provisões técnicas auditadas **666.151**

Total de ativos de resseguro **603.886**

Total de demonstrativos dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas **1.314**

Provisões técnicas (a) **31/12/2016**

Valores redutores (b) 666.151

Total a ser coberto (a-b) **602.594**

3. Demonstrativo do capital mínimo **31/12/2016**

Capital base (a) 15.000

Capital de risco (CR) (b) 13.835

Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b) **15.000**

4. Demonstrativo da solvência **31/12/2016**

Patrimônio líquido ajustado - PLA (a) 58.725

Exigência de capital (CMR) (b) 15.000

Suficiência/(insuficiência) do PLA (c=a-b) **43.725**

Ativos garantidores (d) 645.830

Total a ser coberto (e) 602.594

Suficiência/(insuficiência) dos ativos garantidores (f=d-e) **43.236**

Ativos líquidos (g) 43.236

Capital de risco (CR) (h) 13.835

Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g/h) **313%**

(*) O índice de liquidez em relação ao capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%

5. Demonstrativo dos limites de retenção (ramos SUSEP) **31/12/2016**

1601 60

0929, 0969 e 1329 150

0977, 0980, 0982, 0987, 0990, 0993, 1377 e 1381 700

1369 1.500

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da

Alfa Previdência e Vida S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Previdência e Vida S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0